



V Jornada Brasileira de Sociologia

Desafios, dilemas e oportunidades nas sociedades democráticas

Novembro, 2017, Pelotas/RS

GT 04 – Ambiente, desenvolvimento e novas ruralidades

‘Ecologia Reformista’ na Amazônia Central: uma investigação sobre o processo de construção social da agropecuária ‘sustentável’.



‘Ecologia Reformista’ na Amazônia Central: uma investigação sobre o processo de construção social da agropecuária ‘sustentável’.

FRIZO, Pedro¹

Os assentamentos rurais na Amazônia Central constituem-se como produto de políticas nacionais de colonização. Temos como unidade de análise deste artigo o caso do Projeto de Assentamento (PA) Juma, no município de Apuí, o maior assentamento rural já criado na América Latina. Este espaço rural engendrado pelo Estado caracteriza-se por uma contínua perda de produtividade e aumento das taxas de desmatamento via criação de gado em sistemas extensivos. É com vista a essa conjuntura socioeconômica que uma série de atores locais se articulam entre si para a sua transformação, buscando reduzir o ritmo do desmatamento. Desta maneira, o presente estudo trabalha com o seguinte problema de investigação: como o engajamento coletivo com vistas à conservação é produzido entre os atores do mercado agropecuário do PA Juma? Os resultados indicam diferentes concepções dos atores sobre o termo “sustentabilidade”, demonstrando que o movimento coletivo forjado no PA Juma passa por um convencimento de que o modo de produção conservacionista é capaz de trazer o “sustento material”, isto é, a viabilidade de se manter na terra e da reprodução de um estilo de vida em sociedade em específico. O enquadramento da proposta conservacionista nos termos da “economia da conservação” aponta para um engajamento sustentado pela noção de “desenvolvimento” enquanto valor inexorável e conciliável com a conservação da natureza.

Palavras-chave: Ação coletiva; desenvolvimento; empreendedorismo institucional; habilidades sociais.

¹ Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trabalho financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq). pedro.frizo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Olhar para os assentamentos rurais do sul do Amazonas é tratar, antes de tudo, de sua emergência e de seu estabelecimento enquanto resultado de políticas nacionais de colonização, iniciadas, principalmente, na segunda metade do século XX. Nas palavras de Tavares dos Santos (1991), os projetos de colonização apareceram como *técnica social* empregada pelo Estado com vistas a atenuar os conflitos fundiários historicamente latentes nas regiões mais populosas do país. Ao invés de uma ampla redistribuição das propriedades privadas rurais, a reforma agrária ocorreu principalmente a partir da ocupação em terras públicas e devolutas, como consta no artigo 188 da Constituição Federal de 1988: “A *destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária*” (BRASIL, 2016).

Neste sentido, o próprio *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA), instituído em 1970 pelo decreto nº 1.110, traz em seu nome termos oximoros: “colonização” e “reforma agrária”, demonstrando o desinteresse do Estado brasileiro em levar a cabo processos de redistribuição de propriedades privadas. Para Hebéte e Marin (2004), as políticas de colonização foram, em última instância, políticas de proteção aos latifúndios existentes nas regiões sudeste e sul do país, dado que tinham como objetivo atrair o excedente populacional sem-terra para as regiões de “fronteira”.

A luta por terra aparece como luta histórica do *campesinato* brasileiro, enquanto espaço próprio que permite a reprodução de valores caros a este grupo social, bem como de formas tradicionais de vida em família e em propriedade (WANDERLEY, 1996). Foi, então, na busca pela própria terra que o espaço rural brasileiro tornou-se palco de longos deslocamentos por parte das famílias sem-terra. Os deslocamentos, por sua vez, tornaram-se ainda maiores com a instauração de projetos de colonização em “fronteiras”. No entanto, estes novos espaços rurais, engendrados pelo Estado, constituíram-se de espaços que reproduziram os dilemas enfrentados pelos migrantes em suas terras de origem: a exclusão socioeconômica. A distância das terras dos grandes centros e a escassa

assessoria técnica e rural concedida pelas agências de migração, por exemplo, atiraram os migrantes a nítidas condições de vulnerabilidade².

Um dos primeiros aspectos de vulnerabilidade as quais as famílias assentadas estiveram e estão sujeitas é a de tipo ambiental. A reprodução, no bioma amazônico, de atividades agropecuárias tradicionalmente desenvolvidas nas regiões de origem dos migrantes trouxe grandes dilemas no que tange a viabilidade ambiental desta (HOEFLE, 2013). A atividade pecuária extensiva, por exemplo, enquanto prática agrícola dominante no sul do Amazonas, demanda uma extensa porção de terra para a criação do gado de abate. Não à toa, a parcela sul do estado é a região com as maiores taxas de desmatamento (CARRERO e FEARNSSIDE, 2011), uma vez que se presencia na localidade um contínuo avanço de pastagens sobre áreas antes cobertas por floresta.

Outra dimensão da condição de vulnerabilidade entre as famílias assentadas é a de tipo econômica. A longa distância de grandes mercados consumidores dificulta o escoamento dos produtos agropecuários, bem como reduz a competitividade destes nos grandes mercados, dado o expressivo custo logístico sobre os produtos. Soma-se também que as longas distâncias encarecem o fluxo de matérias-primas para a agropecuária nos assentamentos, encarecendo produtos como o calcário, insumo de suma importância para o cultivo de pastagens no solo amazônico (CARRERO *et al*, 2014). Tais precariedades, para Costa (2013), estão por trás da gradativa expansão da pobreza rural na Amazônia, principalmente entre os pequenos pecuaristas.

No que diz respeito ao PA Juma, no município de Apuí, no sul do Amazonas – foco deste estudo –, transparece a ubíqua conjuntura de vulnerabilidade econômica e ambiental entre as famílias assentadas. Tradicionais sistemas de comercialização e transporte de produtos agropecuários³, propriedades sem títulos definitivos e cláusulas específicas para concessão de crédito por parte de instituições financeiras, por exemplo, despontam como parte dos mecanismos que engendram uma ordem de funcionamento específica do mercado agropecuário, dominada por retornos decrescentes, perda de produtividade e aumento do desmatamento (CARRERO *et al*, 2014).

² Neste sentido, seguimos o conceito de vulnerabilidade defendido por Renn (1992): as situações de vulnerabilidade são marcadas por situações de riscos não somente econômicos e sociais, mas também ambientais, psíquicos e culturais.

³ Sobre as formas de comercialização agrícola no PA Juma, ver Carrero *et al* (2014).

Alguns dados elucidam as “regras do jogo” deste mercado, bem como suas implicações na estrutura de poder local: somente 5% das famílias possuem título definitivo do lote; 36% das famílias ganham menos de um salário mínimo por mês, enquanto 18% tem rendimentos mensais superiores a dois mil e quinhentos reais; 40% das famílias que comercializam alimentos dependem de atravessadores; 55% dos lotes estão desmatados acima do limite 20/80% (20% de área aberta e 80% de área preservada); e somente 11% das famílias tiveram, alguma vez, acesso a algum tipo de crédito de fomento (IDESAM, 2014).

Tendo em vista esta conjuntura socioeconômica e ambiental, a atuação de organizações não governamentais na fronteira sul do estado se faz cada vez mais intensa nos últimos anos. No PA Juma, especificamente, a atuação de parte dessas organizações combina-se com a presença de outras organizações imersas no mercado agropecuário há mais tempo, como órgãos públicos de defesa ambiental, agências de assessoria técnica e extensão rural, os “marchantes” – os atravessadores, no linguajar local –, sindicatos de produtores rurais, associações de classe, cooperativas de produtores e instituições financeiras.

Desta maneira, aparece como complicação iminente a este artigo pesquisar sobre o processo de produção de ação coletiva para a transformação do mercado agropecuário, de sua dinâmica de funcionamento, suas regras e seus resultados. A pergunta a ser respondida será: *como o engajamento coletivo com vistas à reinstitucionalização do mercado agropecuário do PA Juma é produzido pelos empreendedores institucionais?* Seguiremos o trabalho com o referencial teórico mobilizado para a resposta a este questionamento. Em seguida traremos a metodologia adotada para a solução da pergunta e, por fim, os resultados e sua discussão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Se pensar em desenvolvimento é pensar em processos de transformação da realidade social – e, em nosso caso específico, transformação econômica – analisa-lo relacionalmente demanda desvelar o tradicional encoberto processo de movimentação coletiva por detrás da própria transformação. Deve-se pensar em como essa movimentação é orquestrada e quais as suas implicações na dinâmica e na estrutura de

poder nos espaços em que ocorre. Neste sentido, os Campos de Ação Estratégia (CAE), perspectiva teórica sustentada por Neil Fligstein e Doug McAdam (2012), aparece como arcabouço teórico para estudar o ato de engajamento e de emergência de ações coletivas.

As colaborações de Fligstein e McAdam à “teoria dos campos” podem ser traçadas a um debate iniciado pelos autores na década de 80 com as correntes neoinstitucionais das ciências sociais. No âmbito da sociologia, destacavam-se os trabalhos de DiMaggio e Powell (1983) e Scott e Meyer (1983), os quais, em linhas gerais, explicavam as transformações da realidade social a partir de um conjunto de oportunidades abertas pela própria estrutura, não considerando a capacidade de o agente mobilizar outros agentes do campo para a consecução desta transformação. Do lado oposto ao neoinstitucionalismo sociológico, no âmbito das ciências políticas e, especificamente, das ciências econômicas, destacavam-se trabalhos alinhados à vertente teórica da “escolha racional” e sustentados pelo individualismo metodológico – por exemplo, o trabalho de Williamson (1975) sobre os custos de transação e hierarquização corporativa. Esta vertente, acima de tudo, estende os pressupostos da microeconomia clássica ao estudo da formação e funcionamento de instituições políticas e sociais⁴. Em linhas gerais, o neoinstitucionalismo econômico traçava as origens das instituições sociais a partir de um conjunto de demandas materiais percebidas racionalmente pelo indivíduo, o qual agia na transformação da realidade visando maximizar a sua utilidade econômica. Em essência, os teóricos da escolha racional postulam uma racionalidade única⁵ – a racionalidade econômica – que atravessa os diferentes espaços sociais e modelam um padrão contínuo e repetitivo de ação e construção de instituições.

Neste sentido, o próprio termo “instituição” virou objeto de disputa pelas diferentes correntes do neoinstitucionalismo, principalmente a partir da década de 70. Na

⁴ Uma importante crítica à escolha racional e, em específico, à Nova Economia Institucional, é não considerar o papel das ordens sociais de nível *meso* como espaços de transferência das deliberações da esfera *micro* para a esfera *macro*. Em outras palavras, da produção de ação coletiva para a transformação da realidade social (FLIGSTEIN, 2007). Na verdade, foi por meio do “problema” da ação coletiva que surgiram as críticas mais interessantes à escolha racional. Ver, por exemplo, Ostrom (1990).

⁵ Esta racionalidade única será contraposta, por exemplo, por Bourdieu (1989; 2008), ao defender que cada espaço social – na visão do autor, cada “campo” – imbuí-se de uma racionalidade específica, isto é, de um conjunto específico de disposições que conformam de maneira específica e delimitada a ação individual.

verdade, a disputa sobre o tema se dá dentro de um debate mais amplo, metateórico, relacionado à dualidade “ação” e “estrutura social” (THÉRET, 2003). É imerso neste debate que Fligstein e McAdam dialogam conjuntamente com os “clássicos” da sociologia contemporânea, como Anthony Giddens e Pierre Bourdieu, com o intuito de superação desta dualidade latente. Em relação ao primeiro autor, o diálogo é feito com a sua *Teoria da Estruturação* e, em especial, com a noção de reflexividade dos atores (GIDDENS, 1979). No que tange o segundo autor, a discussão se faz clara e importante, demandando um esclarecimento um pouco mais aprofundado.

Em termos de similaridades entre o sociólogo francês e o corpo teórico apresentado por Fligstein e McAdam, apresenta-se a noção de “campo” como espaço social delimitado, onde circunscreve-se a ação social. Para ambas as perspectivas, as práticas obedecem a um conjunto de normas, regras e valores do campo, que edificam e sustentam uma estrutura de poder, capaz de agrupar os seus participantes em polos de dominação (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 24). É importante ressaltar que ambas as perspectivas defendem o olhar para o campo como um espaço de luta por poder, ainda que Bourdieu trabalhe com a tipologia dominante/dominado e Fligstein e McAdam com a tipologia incumbente/insurgente.

A visão sobre o funcionamento dos campos em Bourdieu parte de uma perspectiva relacional no que tange o indivíduo e a estrutura: por um lado, o *habitus* individual apresenta-se como *framework* cognitivo, dando sentido aos diferentes campos sociais pelos quais o indivíduo navega, bem como o capital contido em si o posicionará em diferentes polos de dominação nestes campos; do outro, os próprios campos agem sobre o indivíduo, à medida que a ação deste será estrangida pelas regras e valores aí contidos, edificadas, em última instância, pelos atores dominantes do campo (BOURDIEU, 2008). É neste sentido, no foco no indivíduo enquanto unidade principal de análise, que reside a primeira diferença em relação à agenda teórica proposta por Fligstein e McAdam.

A ação coletiva será a principal unidade de análise nestes autores, à medida que os CAE tornam-se espaços onde mobilizam-se ações coletivas estratégicas, seja para a reprodução da estrutura de poder, seja para a sua contestação e reordenamento (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 9). Em resumo, a ação estratégica é, segundo os

autores, uma ação coletiva que mobiliza atores sociais, com vistas a criar e sustentar mundos sociais.

Como o indivíduo, que a cada campo em que se insere tem o seu posicionamento neste constrangido pelo arcabouço de regras, normas e valores que o estruturam poderá agir para na transformação? Não à toa que os estudos bourdieusianos tratam, principalmente, da reprodução da estrutura de dominação, à medida que o indivíduo se posiciona como unidade central de análise em seus estudos. Dado que câmbios sociais – i.e, a transformação do campo – ocorrem somente a partir do engajamento e mobilização, o foco de Fligstein e McAdam na ação coletiva abre espaço para a investigação sobre os processos de transformação da realidade social: “*Este foco [bourdieusiano] nos indivíduos é muito útil. Porém, ele tende a obscurecer a importância da dinâmica coletiva dos campos. O nosso foco está em como as pessoas cooperam, como grupos realizam coisas e como compreender a interação entre grupos*” (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 25, tradução nossa).

É justamente por ter a ação coletiva como unidade de análise básica que as teorias dos movimentos sociais, em especial a *Teoria do Confronto Político* (McADAM *et al*, 2001), emprestará uma série de conceitos analíticos à perspectiva dos CAE. Desvinculadas, tradicionalmente, do conceito de “campo”, Fligstein e McAdam (2012, p. 31) ressaltam a relevância das teorias dos movimentos sociais em incutir conceitos capazes de capturar as dinâmicas de mobilização e produção de engajamento coletivo. Alguns destes conceitos são apresentados abaixo.

A identidade social e os enquadramentos aparecem como os principais fatores em Fligstein e McAdam que concede bases sociológicas à ação transformadora dos campos, distanciando-se do individualismo metodológico da ação racional. É através da comunicação e sustentada pela capacidade dos desafiantes em comunicarem suas críticas e reivindicações a diferentes grupos sociais imersos no campo que a cooperação será induzida para a transformação da realidade social. Por exemplo: substantivos, como “justiça social”, “igualdade” ou mesmo “sustentabilidade”, serão enquadrados de maneiras distintas pelos incumbentes e insurgentes. A capacidade de enquadrar as críticas sobre as instituições reguladoras do campo é estratégia crucial aos atores desafiantes para a criação de uma identidade entre os mais variados grupos imersos no campo. A criação de uma identidade entre esses grupos estimula o engajamento e a coalizão política

em torno de um projeto de crítica, de desestabilização do campo e de reinstitucionalização deste (FLIGSTEIN e McADAM, 2012).

Os recursos, sejam eles financeiros ou não, apresentam-se também como dispositivos que não somente propiciam a ação coletiva, mas também que influem para o campo a partir do engajamento de novos atores, seja no projeto de manutenção da ordem ou de crítica ao campo. É neste sentido que, por sua vez, emerge uma outra diferença da perspectiva adotada pelos autores daquela defendida por Bourdieu: o campo não é uma esfera autônoma, mas imbricado em uma complexa teia de outros campos, sejam eles mais distantes ou próximos, dependentes ou independentes, estatais ou não-estatais (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 19). O ambiente extracampo apresenta-se como fonte rotineira de crise e/ou oportunidade, à medida que daí transpõem-se – ou interrompe-se – uma série de recursos ao campo.

Tais “dispositivos” – enquadramentos, identidade e recursos – acionam a cooperação com os diferentes atores do campo, abrindo assim espaço para a possibilidade da ação coletiva. A mobilização destes dispositivos para a produção da ação coletiva será encabeçada pelos “*Empreendedoros Institucionais*”. (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 17). Junto ao conceito, mobilizado primeiramente por neoinstitucionalistas da sociologia (DiMAGGIO, 1988), está implicada uma nítida concepção destes atores como os atores de transformação da realidade social: como o próprio nome manifesta, de transformação das instituições sociais, políticas, culturais e econômicas da vida social; de atuação *dentro* das instituições e *para* as instituições.

Em última instância, essa transformação ocorre através do estímulo propiciado por estes atores à criação, estabilização e reprodução de laços sociais a partir de um conjunto de dispositivos, isto é, de “*Habilidades Sociais*” (FLIGSTEIN e McADAM, 2012). As habilidades sociais, conceito chave neste arcabouço teórico, captura a capacidade do empreendedor institucional de induzir a cooperação com outros agentes do campo e extracampo para instaurar o controle, seja este controle a reprodução da dominação ou a crítica e transformação das estruturas objetivas do campo. Neste sentido, as habilidades sociais imbuem-se de uma dimensão comunicativa e cognitiva, ou conforme defendem os autores, na capacidade de veicular um projeto “existencial”, à medida que propõem-se um projeto de mundo social capaz de abarcar as aspirações de diferentes grupos sociais (FLIGSTEIN e McADAM, 2012).

As habilidades sociais trazem consigo uma tentativa de recuperar a capacidade reflexiva e a ação transformadora do indivíduo. Um projeto de reprodução da ordem ou crítica a esta não é levado a cabo por um indivíduo “auto interessado” (BOURDIEU, 1989; FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 18), ao melhor estilo “homo economicus”, mas sim construído socialmente, no sentido em que depende da interação entre indivíduos, do diálogo entre estes e da consolidação de uma ação em coletivo para a instauração factual deste projeto; como ressalta Fligstein e McAdam (2012, p. 17-18): *“Esse tipo de habilidade permite aos atores transcenderem o seu interesse próprio ou de seu grupo estreito e pôr-se no lugar do outro como pré-requisito para a formulação de uma concepção ampla sobre o coletivo, sustentada em uma identidade compartilhada”* (tradução nossa).

Portanto, é com este alinhamento teórico como plano de fundo e compromissado a realizar uma sociologia do mercado agropecuário que daremos continuidade em nosso trabalho. A seção seguinte consta com as hipóteses formuladas para a responder a complicação levantada, bem como em seguida apresentamos o nosso modelo analítico formal, que, sucintamente, traz estas considerações teóricas novamente para a formulação e clarificação de nossa proposta investigativa.

METODOLOGIA

No que tange a operacionalização conceitual neste trabalho, dividiu-se aquilo que foi pesquisado em três dimensões gerais de análise, a saber: (a) os principais atores do mercado agropecuário do PA Juma; (b) os empreendedores institucionais aí atuantes e as habilidades sociais por eles mobilizadas; (c) os produtores aderentes e não aderentes aos projetos dos empreendedores institucionais.

No que diz respeito à primeira dimensão de análise – os principais atores do mercado agropecuário do PA Juma – os principais indicadores mobilizados para a caracterização deste mercado foram os seguintes: a dimensão do mercado da agropecuário na economia regional; principais comerciantes e produtores; regras e normas para a produção e comercialização; valores inculcados na produção e comercialização; estrutura organizacional de cada ator; sua escala de atuação; histórico de articulação e mobilização.

Para a formulação destes indicadores, foram utilizadas três técnicas de coleta de dados: as entrevistas narrativas, as entrevistas semiestruturadas e a análise documental. As entrevistas narrativas foram utilizadas principalmente como método para conhecer como as estruturas objetivas do mercado são interiorizadas pelos agentes, servindo como ponto de partida para o levantamento das instituições reguladoras do campo. Em outras palavras, como afirma Berger e Luckmann (2003), *“se a integração de uma ordem institucional só pode ser entendida em termos de ‘conhecimento’ que seus membros têm dela, segue-se que a análise de tal ‘conhecimento’ será essencial para a análise da ordem institucional”*.

As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas, principalmente, como método de comparação entre os diferentes atores do campo, dando conta de identificar diferenças nos níveis de recursos, na escala de atuação, comercialização e distribuição de produtos agropecuários, por exemplo. A comparabilidade das entrevistas semiestruturadas facilita a consecução destes indicadores (MARCONI e LAKATOS, 2003). A análise documental foi outra técnica válida para a caracterização do campo estudado, uma vez que documentos referentes ao setor podem ser encontrados em portais online de órgãos públicos e de organizações não governamentais.

Tais técnicas foram aplicadas com os assentados, marchantes, frigoríficos municipais e estaduais, com agentes públicos e de organizações não governamentais. Estas foram as principais fontes de dados para a caracterização do campo. Tais fontes, com exclusão dos assentados, dos marchantes e dos frigoríficos, também foram fontes dos documentos a serem analisados. Em termos de categorização dos dados coletados nas entrevistas e na análise documental, foi utilizada a codificação temática, agrupando os dados segundo os indicadores de análise referidos (FLICK, 2009).

Em relação à segunda dimensão de análise deste estudo – os empreendedores institucionais e as habilidades sociais por eles mobilizadas –, fez-se necessário compreender a dinâmica organizacional dos atores do campo e sua capacidade de induzir a cooperação com diferentes atores do campo e extracampo. Em outras palavras, se a primeira dimensão está relacionada à caracterização do campo, esta e a dimensão seguinte relaciona-se ao processo de transformação deste campo a partir da interação entre empreendedores institucionais e demais atores.

Desta maneira, o estudo desta dimensão de análise foi feito a partir do seguinte conjunto de indicadores: a estrutura organizacional de cada ator; características gerais dos projetos existentes aos assentados; características da inovação proposta; estratégias de adesão; principais financiadores; principais parceiros; principais contrapostos; publicidade, divulgação e propaganda dos projetos; recursos aplicados para a execução do projeto; quadro de funcionários por organização.

A técnica de coleta de dados destes indicadores também foram as entrevistas narrativas, as entrevistas semiestruturadas – as quais forneceram uma série de informações técnicas a respeito dos projetos desenvolvidos na região, bem como a identificação dos principais parceiros, financiadores, contrapostos e as estratégias de comunicação e divulgação – e a análise documental referente aos projetos desenvolvidos na região.

Foi selecionada uma amostra de assentados aderentes e não aderentes aos projetos dos empreendedores institucionais, com vistas a captar as dinâmicas de cooperação e engajamento. Os dados coletados a partir da observação de reuniões de associações de produtores, reuniões de organizações não governamentais e entrevistas desenvolvidas junto a assentados aderentes e não aderentes foi analisado a partir da construção de tipos ideais de produtores e organizações, onde foram geradas matrizes lógicas e apontadas diferenças conceituais entre cada ator estudado (FLICK, 2009). Os indicadores coletados junto a estes assentados serão: as razões para a participação ou não participação (incentivo financeiro, técnico ou afetivo); práticas produtivas antigas *contra* práticas produtivas novas; composição familiar; história de vida; dimensões gerais da propriedade.

RESULTADOS & DISCUSSÃO

A história da migração para o PA Juma é a história da busca pela propriedade rural. Sem exceções, todos os produtores rurais entrevistados ao longo da pesquisa de campo já participavam do mundo rural, ainda que como “meeiros”, isto é, trabalhadores rurais assalariados. Um dos relatos que bem ilustra essa histórica busca pela própria propriedade rural é o de Alessandro⁶: “*a minha vinda a Apuí é o sonho de viver no mato*”.

⁶ Para resguardar todos os entrevistados, foram utilizados nomes fictícios.

Desde a criação do assentamento, ainda no começo da década de 80, uma série de associações e cooperativas de produtores foram criadas, tendo em vista o enorme espaço físico do município e as distâncias entre as vicinais do assentamento. De lá para cá, no entanto, uma grande porção delas se extinguiram. As duas associações analisadas na pesquisa de campo – Associação A e Associação B – relataram dificuldades similares em suas respectivas reuniões mensais, as quais pude participar, observar e coletar relatos: falta de engajamento por parte dos associados, atraso no pagamento das taxas de associação e reclame por parte dos associados dos recursos ofertados por cada associação.

Em ambas, o principal recurso ofertado pela associação era um trator, cujo empréstimo é realizado mediante o pagamento de um valor previamente estabelecido do serviço/hora do trator e tratorista. A falta de engajamento se fez ainda mais visível na Associação A, onde dos 62 sócios somente 8 estiveram presentes na primeira assembleia de 2017. Além disso, esta associação não dispõe de uma identidade visual, um espaço próprio, um website ou um corpo de profissionais ou técnicos. A inexistência desses fatores ressalta a dificuldade de articulação com a população local. Em paralelo, as atividades desenvolvidas por ela – “festa da farinha”, quermesse e partidas de futebol – não refletem em benefícios direto ao produtor no que diz respeito à dinâmica produtiva de sua área; os recursos, financeiros ou não financeiros, providos por esta associação são limitados e, com isso, a sua capacidade de produzir engajamento entre os seus associados.

A Associação B, por sua vez, traz as mesmas questões de atraso no pagamento da taxa mensal de associação e oferta de um recurso único ao associado, o trator. Entretanto, localizada em uma vicinal com pouco mais de 20 famílias, a maioria dos associados possui algum vínculo familiar, fato que demonstrou ser de vital importância na determinação do engajamento entre os associados: quase todos estiveram presentes na reunião mensal de fevereiro, sendo o Presidente desta associação, seu Lucas, o gerente da unidade de Apuí da ONG A.

Esta combinação de laços sociais e vínculo institucional credita a Associação B como a principal – e única – associação de produtores participante dos projetos e programas sustentados pela ONG A. Financiados por organismos bilaterais e multilaterais, bem como por organizações filantrópicas e empresas privadas, como o *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), o Banco Mundial, a Bluemoon Foundation, o Fundo Vale e a Natura, os projetos da ONG A tem como

objetivo “*promover a valorização e o uso sustentável de recursos naturais na Amazônia e buscar alternativas para a conservação ambiental, o desenvolvimento social e a mitigação das mudanças climáticas*” (informação disponível na seção “missão, visão e valores”).

Nos termos da ONG A, Apuí constitui-se em um local onde as tradicionais relações sociais estabelecidas entre os agentes e organizações constituem-se de relações “*exauridas*” (entrevista a Diógenes, coordenador da ONG A para Apuí, 2017), isto é, esgotadas em sua capacidade de fornecer recursos e outros dispositivos que permitem a transformação do modo de produção agropecuário. Tradicionalmente dominada pela pecuária extensiva, a produção agrária no município converge para a criação de gado de corte e de leite, tendo em vista que a manutenção do gado serve como importante meio para a garantia da terra – fator sensível, dado a inexistência de documentos definitivos de posse de terra entre as famílias assentadas – e garantias de crédito rural. No entanto, o sistema de criação extensiva tem sido um dos principais vetores do desmatamento, posicionando o município como um de maiores taxas de desmatamento em todo o estado do Amazonas.

Dessa forma, demonstra ser crucial para a transformação do modo de produção agrícola não somente a criação de novos laços no âmbito extra campo – como aqueles selados com os organismos bilaterais, multilaterais e privados, possibilitado pela veiculação da ideia da “sustentabilidade” e do conjunto de práticas e saberes nelas calcados –, mas também a destruição de tradicionais laços de poderes locais. Na reunião mensal de fevereiro da Associação B, seu Lucas, Presidente da associação e gerente da unidade de Apuí da ONG A, trouxe aos associados a informação da abertura de edital de um projeto de financiamento a fundo perdido, promovido pelo governo federal. Neste projeto, o financiamento ocorreria a uma demanda da associação requerente por qualquer tipo de material ou bem de capital que auxiliasse nas atividades dos associados. Seguindo uma clara proposta de atuação da ONG A, confirmada em entrevistas a outros membros da própria organização, seu Lucas demonstrou interesse em requerer uma máquina de descascamento de café, tendo em vista que isto descartaria a necessidade do atravessador de café, podendo os associados negociarem diretamente com o torrefador; segundo seu Lucas, isto acrescentaria em 10%, em média, o lucro do produtor (entrevista a seu Lucas, 2017). Entretanto, a ruptura de um tradicional laço estabelecido entre os mesmos produtores e o atravessador em questão não se fez desejada na votação, onde ampla

maioria dos associados votaram em um caminhão para realizar o transporte de mercadoria e de pessoas das propriedades até a cidade. Assumindo a dificuldade em romper este tradicional laço, seu Lucas afirmou que este atravessador “*é o Getúlio Vargas de Apuí*” (idem).

A indução à cooperação promovida pela ONG A junto aos produtores locais, bem como a destruição de tradicionais laços de poder, passa pela mobilização de uma série de dispositivos não detidos pelas associações e cooperativas longamente estabelecidas no município. Máquinas, como roçadeiras, e insumos, como calcário – insumo de crucial importância para o cultivo no solo amazônico – são concedidos aos produtores aderentes à proposta mantida pela ONG A de transformação no modo tradicional de produção. Em outras palavras, significativa parte dos recursos, financeiros ou não financeiros, mobilizados pela ONG A aos produtores passa, impreterivelmente, pela disposição destes em converter as suas práticas em atividades produtivas próximas à noção de “sustentabilidade” mantida pela organização.

Da mesma forma, o convencimento dos produtores sobre a viabilidade dos sistemas de produção projetados pela ONG A passa pela mobilização do discurso científico e de sua autoridade. Uma série de relatórios e pesquisas “científicas” são apresentados aos produtores ou mesmo utilizado como repertório de contestação e argumentação em momentos de crise ou crítica dos produtores sobre os projetos mantidos pela ONG A. Além disso, a organização enquadra a proposta produtiva em pequenas unidades demonstrativas mantidas em diferentes propriedades ao redor do município. Este “enquadramento material” é concebido com o objetivo de demonstrar a viabilidade e plausibilidade da proposta produtiva mantida pela ONG A. Recorrentemente esta organização incentiva e programa a visita de produtores não aderentes a estas unidades, bem como organiza viagens de um grupo de produtores a outras regiões onde modelos similares foram implementados: em 2014, a ONG A levou uma série de produtores para conhecer sistemas silvipastoris implementados na Colômbia.

Outro importante dispositivo mobilizado pela ONG A é a oferta de financiamentos, mediados pela própria organização com recursos promovidos por uma organização filantrópica holandesa. Tais financiamentos são enquadrados pela ONG A como “*microcrédito para o desenvolvimento sustentável*”. Diferentes termos e regras de concessão de crédito são mantidos pela organização se comparado aos termos mantidos

pelas tradicionais linhas de crédito, como o PRONAF, financiado pelo Banco da Amazônia (BASA) e mediado pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDEAM) – braço institucional da Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas. Por exemplo: embargos emitidos pelo IBAMA às propriedades rurais, bem como a ausência de todos os documentos referentes à propriedade da terra, servem como empecilho para a contratação de crédito rural; além disso, desde 2014, os municípios sob a jurisdição da regional sul do Amazonas do BASA estão com uma taxa de inadimplência acima de 5%, fato que bloqueia a emissão de novos financiamentos via PRONAF.

No entanto, no que diz respeito aos termos de financiamento da ONG A, embargos emitidos pelo IBAMA não travam a concessão, tendo em vista que dois dos seis produtores contemplados pelo microcrédito têm as suas áreas embargadas. Além disso, a organização trabalha com documentos paralelos para a comprovação da posse da terra, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Soma-se que por trabalhar com recursos originados de outras fontes, a taxa de inadimplência acima de 5% na região não travou a emissão de novos financiamentos, tendo em vista que a análise da solvência é feita caso a caso. Por fim, um importante termo da concessão de financiamento é a exclusão de práticas de derrubada e a adoção irrestrita a práticas agroflorestais, mediadas pela assistência técnica da ONG A. Em outras palavras, a concessão de crédito passa, impreterivelmente, por uma adoção do produtor de práticas agrícolas que convergem à noção de sustentabilidade mantida pela organização.

Imbuído de múltiplos atores e organizações, o mercado agropecuário local possui uma dinâmica estratégica conectada às nuances dentro do Estado, seja na instância municipal, estadual ou federal. A ONG A em Apuí, que desde junho de 2014 mantinha um projeto de assistência técnica a quase todos os assentados via contrato selado com o INCRA, teve que reduzir o seu corpo de profissionais de 20 para 5 a partir do momento em que o contrato terminou em janeiro de 2017, onze meses antes do previsto. Segundo os funcionários desta organização, a quebra de contrato tem sua origem na nomeação de um novo superintendente do INCRA, após a posse de Michel Temer na Presidência da República. No âmbito municipal, o escritório da ONG A, concedido pelo prefeito da gestão 2013-2016, foi pedido logo na primeira semana de mandato do novo prefeito eleito, filiado ao Partido Democratas (DEM). A situação, no entanto, ainda permanece instável à medida que o município terá novas eleições devido à ilegitimidade do prefeito

eleito. Em contrapartida, a ONG B atuou junto ao governo do estado do Amazonas nos anos 2000 para a consolidação das duas unidades de conservação existentes na região norte do município. Neste sentido, o Estado aparece como importante instância de criação e destruição de instituições que dinamizam o funcionamento do mercado agropecuário.

Conforme previa-se antes mesmo da realização da pesquisa de campo, a palavra “sustentabilidade” é uma palavra polissêmica, apresentando inúmeros significados entre os entrevistados. A transformação do modo de produção rumo a moldes agroflorestais, concebidos idealmente pela ONG A e ONG B, principais empreendedores institucionais da “sustentabilidade”, passa não somente por um convencimento dos produtores rurais sobre a validade deste “novo” sistema produtivo, mas também de uma convergência de entendimentos sobre a palavra. Como ilustra a imagem abaixo, as concepções sobre o termo são múltiplas entre os diferentes atores do mercado agropecuário

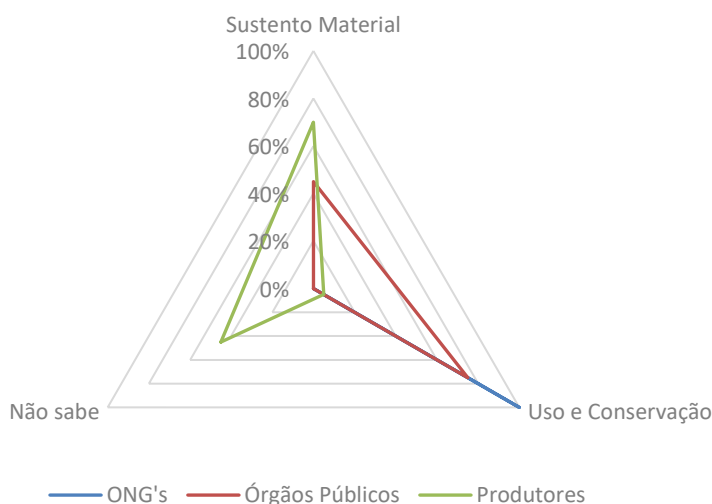


Gráfico 1. “Quando eu digo a palavra sustentabilidade, o que lhe vem à cabeça?”. **Fonte:** Entrevistas realizada pelo autor no município de Apuí (2017).

Recorrentemente a palavra “sustento”, em seu sentido material e econômico, era mobilizada pelos produtores rurais quando perguntado o significado da expressão “sustentabilidade”. Outro número expressivo de produtores – aproximadamente 25% – afirmaram não saber o que significa a expressão. Ambas as concepções – “sustento material” e inexistência de significado – representam um dilema às ONG’s A e B no que diz respeito ao convencimento e convergência dos moldes de produção propostos para a

noção de “uso e conservação” – “*deixar para os nossos netos os mesmos recursos naturais que pudemos usufruir*” (entrevista a Bárbara, funcionária da ONG A, 2017).

A possibilidade da convergência valorativa e disposição por parte dos produtores a cooperar com o projeto agroflorestal das ONG's A e B para o PA Juma somente se torna provável se tomamos dois pontos importantes como plano de fundo. O primeiro diz respeito à trajetória social dos assentados. Sem exceções, todos os entrevistados não possuíam a terra própria em seus lugares de origem e a migração ao PA Juma constitui-se de tentativa de possuir a própria terra. No entanto, o contínuo êxodo de assentados, explicados em parte pela dificuldade de emissão de documentos definitivos, de crédito e de escoamento da produção, constitui-se como horizonte imediato e ameaça iminente à reprodução do estilo de vida em sociedade próprio. Em segundo lugar, as entrevistas com os produtores eram povoadas de referências contínuas ao modo de vida urbano e justaposição a este no momento de discorrer sobre o estilo de vida adotado pelo produtor. Em outras palavras, a identidade rural constituída perante a alteridade urbana e seu indesejável estilo de vida e de inserção social.

Não à toa, as ONGs A e B logram cooperação entre os produtores por mobilizar uma série de dispositivos para o convencimento de que o modo de produção agroflorestal proposto será capaz de prover o “sustento material”, historicamente impossibilitado na conjuntura local. A baixa taxa de ocupação – das 9 mil parcelas originais, somente quase 2 mil estão efetivamente ocupadas – ilustra a histórica dificuldade do produtor em manter-se na terra, bem como o contínuo processo de evasão populacional. Com isso, a coalizão para a conservação dos bens comuns almejada pela ONG A e B passa pela garantia de que esta legitimará e garantirá a reprodução de uma identidade social em específico – a de produtor rural. A frase “*acreditamos que plantar árvore é uma tecnologia produtiva*” (entrevista a Saulo, segundo coordenador da ONG A para Apuí, 2017) representa o *approach* social dos empreendedores institucionais junto aos produtores, no sentido de aliar os moldes de produção propostos à noção de sustentabilidade por eles mantidas. Longe de tratar-se da edificação de novas instituições, regras, normas e valores compartilhados dentro do mercado agropecuário com vistas aos benefícios seletivos que estas trarão (OLSON, 1965), identificamos que se trata de uma edificação motivada pelo *empoderamento identitário* que estes empreendedores institucionais prometem e induzem entre os produtores locais.

CONCLUSÃO

A Sociologia, em específico os autores da Nova Sociologia Econômica, continuamente se aprofunda no intento weberiano de desvelar como fatores não econômicos determinam ou influenciam fatores econômicos. Acreditamos que este artigo, bem como os estudos similares que dele derivarão, segue no mesmo intento. Entre as múltiplas transformações que a noção de “desenvolvimento” traduz, no âmbito das transformações econômicas, esperamos que este artigo contribua para a compreensão de como transformações nos modos de produção são possíveis a partir da conformação identitária.

Neste sentido, acreditamos que a edificação de novas instituições, que sustentem os novos modos de produção, constituem-se de bens públicos edificados por um grupo de atores combinados em uma coalizão política com aspirações identitárias. Distanciamos do economicismo que os advogados de conceitos como “benefícios seletivos” estão mergulhados, pois em nosso caso benefícios muito além do econômico e utilitário se fizeram presentes no que diz respeito à transformação do mercado agropecuário do PA Juma: distinção e reconhecimento, por exemplo, postulam-se no horizonte almejado pelos produtores rurais ao cooperarem com os projetos encabeçados pelas ONG’s A e B de produção agroflorestal.

Um caminho unívoco e direcional à noção de “desenvolvimento” e edificação de novos mercados, da maneira que postula os autores da Nova Economia Institucional (NEI), por exemplo, se faz incongruente, à medida que despontam outras categorias avaliativas que induzem a cooperação e o posicionamento crítico frente à dinâmica de funcionamento dos mercados. Não somente incerteza e informação, por exemplo – categorias essenciais aos advogados da NEI –, delimitam o posicionamento dos atores do campo, mas também categorias associadas ao reconhecimento identitário também devem ser levadas em consideração no momento de estudo da emergência de movimentos de transformação de mercados.

REFERÊNCIAS

BERGER, P, L; LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

_____. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus Editora, 8º edição, 2008.

CARRERO, G; ALBUJA, G; FRIZO, P. G. A.; HOFFMANN, E; ALVES, C; BEZERRA, C. Caracterização da cadeia produtiva de carne bovina no Amazonas com ênfase no município de Apuí. Manaus: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, 2014.

CARRERO, G. C.; FEARNSIDE, P, M. Forest clearing dynamics and the expansion of landholdings in Apuí, a deforestation hotspot on Brazil's Transamazon Highway. Ecology and Society, v. 16, n. 2, art. 26, 2011.

DiMAGGIO, P. Interest and agency in institutional theory. In: ZUCKER, L (ed.) Institutional patterns and organizations. Cambridge: Ballinger, 1988.

DiMAGGIO, P; POWELL, W. The Iron Cage Revisited. American Sociological Review, v. 47, pp. 147-160, 1983.

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLIGSTEIN, N. Markets as Politics: A Political-Cultural Approach to Market Institutions. American Sociological Review, v. 61, n. 4, pp. 656-673, ago./1996.

_____. Habilidade Social e a teoria dos campos. Revista de Administração de Empresas, v. 47, n. 2, pp. 61-80, abr/jun, 2007.

_____. Understanding stability and change in fields. Research in Organizational Behavior, v. 33, pp. 39-51, 2013.

FLIGSTEIN, N; McADAM, D. Toward a General Theory of Strategic Action in Fields. Sociological Theory, v. 29, n. 1, pp.1-26, fev./2011.

_____. A Theory of Fields. Oxfor: Oxford University Press, 2012.

GIDDENS, A. *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. Londres: Macmillan, 1979.

HEBÉTTE, J.; MARIN, R, E, A. *Colonização e Fronteira: articulações no nível econômico e no nível ideológico*. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, vol. 1, cap.2, 2004.

HOEFLE, S, W. *Beyond carbon colonialism: Frontier peasant livelihoods, spatial mobility and deforestation in the Brazilian Amazon*. *Critique of Anthropology*, v. 33, n. 2, pp. 193-213, 2013.

McADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. *Dynamics of Contention*. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

MARCONI, M, A; LAKATOS, E, M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas S.A, 5º edição, 2003.

NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

OLSON, M. *The Logic of Collective Action*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

PETTIT, P. *Institutional Design and Rational Choice*. In: GOODIN, R, E (org). *The Theory of Institutional Design*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SCOTT, R, W; MEYER, J. *The Organization of Societal Sectors*. In: SCOTT, R, W; MEYER, J (org.). *Organizational Environments: Ritual and Rationality*. Beverly Hills: Sage, pp. 129-153, 1983.

RENN, O. *Concepts of risk*. In: KRIMSKY, S. *Social theories of risk*. Connecticut: Praeger, p. 53-79, 1992.

SENADO. *Atividade Legislativa, Legislação, Artigo 188 da Constituição Federal*: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_188_.asp

TAVARES DOS SANTOS, J, V. *As novas terras como forma de dominação*. *Lua Nova*, v. 23, mar./1991.

THÉRET, B. *“As Instituições entre as Estruturas e a Ação”*. *Lua Nova*, n. 58, 2003.

WANDERLEY, M, N, B. As origens históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17 – Processos Sociais Agrários. Caxambu, Minas Gerais, 1996.

WILLIAMSON, O, E. Markets and Hierarchies: Analysis and Anti-trust Implications. New York: Free Press, 1975.